

# ANALISANDO DISCURSOS CONSTITUINTES

## Resumo

*Este artigo começa questionando se é possível assinalar fronteiras para a análise do discurso. Ele sugere que seja feita uma distinção entre “lingüística do discurso” e “análise do discurso”, a qual teria um ponto de vista específico sobre o discurso. Ele propõe ainda abrir um campo de pesquisa sobre os “discursos constituintes”, que englobaria os discursos que pretendem legitimar a totalidade da produção discursiva, quais sejam, os discursos filosófico, científico e religioso. Por fim, o artigo destaca algumas características de tais discursos, apresenta conceitos úteis para analisá-los – em particular, os de “cenografia”, “código de linguagem” e “ethos” – e apresenta alguns exemplos.*

**Palavras-chave:** *análise do discurso; lingüística do discurso; ethos; abordagens francesas; código de linguagem; discurso literário, discurso filosófico; discurso religioso; cenografia; discurso científico; discurso constituinte.*

## Abstract

*This article begins by asking whether boundaries can be assigned to discourse analysis.*

*It suggests making a distinction between ‘discourse linguistics’ and ‘discourse analysis’, which has a specific viewpoint on discourse. It propounds next to open to research the field of ‘self-constituting discourses’, thus bringing together those discourses that legitimate the whole discursive production, such as philosophical, scientific or religious discourses. Lastly the article emphasizes some characteristics of such discourses and presents concepts that are useful in analysing them – particularity ‘scenography’, ‘linguistic code’, and ‘ethos’, and offers illustrative examples.*

**Key words:** *discourse analysis; discourse linguistics; ethos; french tendencies; linguistics code; literary discourse; philosophical discourse; religious discourse; scenography; scientific discourse; self-constituting discourse.*

Neste artigo, especifico minha concepção de análise do discurso, antes de apresentar o campo de pesquisa que gostaria de promover: a análise dos discursos constituintes.

## Lingüística do discurso e análise do discurso

Muitos analistas do discurso se satisfazem com uma definição “minimalista” da análise do discurso, considerada simplesmente como o estudo de textos em contexto, de eventos comunicativos. Atualmente, a noção de “discurso” tem sido mais problematizada do que a de “análise do discurso”. Esta supersimplificação pode ser explicada facilmente: no início, os estudiosos que trabalhavam sobre o discurso tiveram que, para legitimar suas pesquisas, estabelecer de pronto uma nova área conceitual e metodológica contrária a uma concepção estreita de lingüística ou de semântica e em oposição às abordagens tradicionais do texto. Sua atenção estava muito mais voltada para o estabelecimento de marcos de oposição com relação a outras abordagens do que com a definição de sua própria disciplina. Agora que a legitimidade dos estudos do discurso está estabelecida para o conjunto das pessoas que no mundo inteiro trabalham na área, penso que devemos refletir um pouco mais sobre as fronteiras da “análise do discurso”.

Alguns consideram que demarcar o território da análise do discurso é uma questão absolutamente sem interesse e que os estudiosos especialistas na área devem trabalhar sem qualquer restrição; para eles, “análise do discurso” é um mero rótulo para uma vasta gama de estudos do texto; não sendo necessário que ela receba um conteúdo definido. No entanto, eu estou convencido que trabalhar sem nenhum ponto de referência é muito difícil. Mesmo aqueles que dizem não se preocupar com as fronteiras de suas pesquisas e que se recusam a se inscrever em uma dada disciplina submetem-se na verdade a paradigmas dos quais eles não têm consciência.

Ao invés de questionar sobre se *podem* ser traçados limites para a “análise do discurso”, alguns ana-

listas céticos poderiam se perguntar se ela *deve* fazê-lo: se esclarecemos esse ponto obscuro, não corremos o risco de destruir o que pretendemos clarificar – o risco da descoberta de que não é nada firme o terreno do que se chama de “análise do discurso”? É fato que muitos consideram a análise do discurso uma atividade insignificante, que flutua entre a sofisticação inútil e a confusão, misturando um incontornável método de análise lingüística com abordagens psicológicas e sociológicas de segunda-mão.

A instabilidade da análise do discurso está em franco crescimento para cada vez mais pesquisadores que, em todo o mundo, trocam idéias sobre o estudo do discurso e, graças à moderna tecnologia da informação, cada vez mais rapidamente. Uma circunstância agravante é que a análise do discurso é praticada por dois tipos de pessoas, cujas preocupações são muito diferentes: de um lado aqueles que se interessam primordialmente pelas propriedades do discurso, e do outro, aqueles que utilizam a análise do discurso para lidar com problemas históricos, sociológicos, psicológicos, entre outros. A primeira preocupação é muito mais voltada para conceitos e métodos do que a segunda, que pretende atingir resultados imediatos e considera a análise do discurso como um mero instrumento de interpretação de corpus sociais ou psicológicos. No entanto, a análise do discurso não pode ser uma mera disciplina auxiliar, como a estatística é para a sociologia: as disciplinas que podem usar a análise do discurso como um instrumento devem não esquecer que elas são também um discurso, podendo então transformar-se em um objeto para a própria análise do discurso. Igualmente, a análise do discurso pode-se transformar em um objeto para a sociologia, a psicologia, etc.

Não se pode negar que atualmente qualquer estudo de texto pode ser chamado de “análise do discurso”. Talvez tal situação resulte de uma inércia das instituições acadêmicas: como a pesquisa contemporânea em ciências sociais não pode ser enquadrada nos limites das disciplinas tradicionais, muitos dizem que fazem análise do discurso a fim de legitimar estudos que podem ser vistos, por um ponto de vista tradicional, como “marginais”. Mas se olharmos à longo prazo, a análise do discurso pode ser desvalorizada por essa ambigüidade.

Como consequência, muitas definições de “análise do discurso” são muito tolerantes ou, ao contrário, extremamente restritivas.

Para as definições tolerantes, todos os estudos que reivindicam pertencer à análise do discurso devem ser considerados análises do discurso. Tal tolerância pode se coadunar com uma concepção cética da atividade científica, segundo a qual as disciplinas poderiam ser definidas apenas segundo um critério sociológico, e não pelo seu conteúdo.

As definições restritivas são, em sua maioria, dadas por estudiosos que não se deram conta da diversidade dos trabalhos atuais nesta área. Tal atitude pode ser adotada por diferentes razões:

- Alguns denominam “análise do discurso” sua própria pesquisa e recusam outras orientações desta disciplina. Este é um caso mais comum nas ciências sociais, onde os pesquisadores devem dar definições de suas disciplinas que sejam compatíveis com o modo como trabalham.
- Outros elaboram uma definição de análise do discurso demasiado restrita, dada a sua preocupação em usar denominações claramente definidas. Eles decidem então nomear “análise do discurso” uma pequena parte dos estudos que se pretendem análises do discurso. Não fazem isso por serem sectários, mas apenas porque querem apresentar definições precisas. No *Nouveau dictionnaire des sciences du langage*, por exemplo, “análise do discurso” é reduzida ao método distribucionalista de Z. S. Harris dos anos 50 (Ducrot e Schaeffer, 1995: 404); tal definição ignora a diversidade de pesquisas na área. Poderíamos mencionar também a interessante distinção feita por S. Levinson, em seu manual *Pragmatics* (1985): segundo ele, análise do discurso é uma das duas principais correntes no estudo das interações orais. A esta corrente, centrada sobre a teoria dos atos de fala e sobre a análise hierárquica da conversação, pertenceriam J. Sinclair e M. Coulthard (1975) ou a escola de E. Roulet em Genebra (1985). Já a outra perspectiva proviria da etnometodologia. Tal distinção é muito pertinente para um determinado ponto de vista teórico, mas apenas em matéria de terminologia. Ela não corresponde ao que se pesquisa atualmente: é muito difícil negar que, para a maioria dos especialistas, a análise do discurso é um campo muito vasto.

Se quisermos dar conta da diversidade da análise do discurso por inteiro, seremos obrigados a propor definições muito vagas. K. Ehlich, por exemplo, em sua apresentação das tendências da análise do discurso na Europa (Ehlich, 1994: 9-10), lança mão de expressões como estudo “da realidade da ação verbal em sua multiplicidade e complexidade”, ou estudo “baseado em fatos da comunicação real”.

Penso que faríamos melhor não conceber a relação entre “discurso” e “análise do discurso” como análoga à relação entre um objeto empírico e a disciplina que estuda esse objeto. Admitir que um terreno empírico comumente nomeado “discurso”, interpretado como uma atividade verbal em contexto, existe é postular que a análise desse discurso é *a* disciplina que se encarrega de tal terreno. Mas pode-se questionar se esse discurso deve ser analisado por uma única disciplina. Por que não considerar que o discurso permite a construção de vários objetos, correspondendo a vários pontos de vista, várias abordagens? Somente Deus poderia apreender o discurso de um único ponto de vista. Então, parece necessário introduzir uma distinção entre *lingüística do discurso* e *análise do discurso*. Várias disciplinas (retórica, sociolingüística, análise do discurso, análise da conversação, etc.) pretendem-se estudos do discurso; como um todo elas

constituem a “lingüística do discurso”<sup>1</sup>. De acordo com esse ponto de vista, a análise do discurso é apenas uma das disciplinas pertencentes à lingüística do discurso. Cada uma dessas disciplinas é regida por seu *interesse* específico pelo discurso.

O interesse específico da análise do discurso é apreender o discurso enquanto articulação entre texto e lugares sociais. Conseqüentemente, seu objeto não é a organização textual nem a situação comunicativa, mas o que os articula através de um gênero de discurso. A noção de “lugar social” não deve ser considerada de um ponto de vista literal: esse “lugar” pode ser uma posição em um campo simbólico (político, religioso, etc.).

A análise do discurso, evidentemente, concede um papel central aos gêneros do discurso. Tais gêneros não são considerados como tipos de textos, de modo taxonômico, mas como dispositivos de comunicação, a um só tempo sociais e lingüísticos, em uma palavra: discursivos. Por esse ponto de vista, uma dissertação, um programa de TV, uma conversa ou uma leitura são gêneros, ao contrário de categorias como descrição, polêmica, etc., que, na verdade, atravessam múltiplos gêneros. Uma vez que o objetivo da análise do discurso são os dispositivos de comunicação – os gêneros – os quais são ao mesmo tempo textuais e lingüísticos, ela se demarca da lingüística textual e do estudo das representações sociais. Considerado como uma “instituição discursiva” (Maingueneau, 1991), um gênero implica papéis e contratos tácitos entre interlocutores, meios específicos, localizações pertinentes no tempo e no espaço, organizações textuais prototípicas, etc.

## A análise do discurso

Tal concepção de análise do discurso não é muito distante daquela que está exposta em *Discourse Analysis*, de Brown e Yule, onde ela é apresentada como “dedicada a investigar como a linguagem é usada” (1983: 1). Outro livro, escrito de um ponto de vista igualmente funcionalista, é mais explícito: “Todo lingüista – do foneticista ao analista do discurso, passando pelo gramático – tem compromisso com a identificação de regularidades e padrões na linguagem. No entanto, no caso do analista do discurso, o objetivo final de seu trabalho analítico é, ao mesmo tempo, mostrar e interpretar a relação entre essas regularidades e os significados e intenções expressos pelo discurso” (Nunan, 1993: 7). Parece-me que ambas as formulações focalizam a mesma idéia, embora não esteja claro se a análise do discurso é a única disciplina que se encarrega do estudo do discurso.

Como resultado, a análise do discurso não tem corpus próprio: ela pode analisar os mesmos corpus

que outras disciplinas, mas a partir de sua própria abordagem. Por outro lado, na mesma investigação, o analista pode trocar de disciplinas, adotando vários pontos de vista sobre os mesmos corpus. Em uma análise de um debate televisivo, por exemplo, o analista pode adotar o ponto de vista da análise da conversação, da retórica, da sociolingüística ou da análise do discurso e centrar sua atenção sobre os respectivos aspectos de seu corpus. Se o analista adotar o ponto de vista da análise da conversação, ele estará privilegiando o estudo das relações interpessoais, tomada de turnos, cooperação e negociação, atitudes físicas, etc. O especialista em retórica privilegiará outras dimensões, em particular o encadeamento do raciocínio e a natureza da argumentação. O analista do discurso refletirá sobre o dispositivo de comunicação, a articulação entre o espaço público e maneira como o texto é organizado. Naturalmente, cada disciplina pode, e deve, levar em consideração os resultados das outras, mas subordiná-los aos seus interesses. Frequentemente acontece de investigações que utilizam abordagens descritivas de um corpus não poderem ser enquadradas precisamente em uma disciplina. Isto não implica que essa disciplina não exista.

Embora os corpus não sejam propriedades de determinada disciplina (a interação oral não está reservada exclusivamente para a análise da conversação, nem a publicidade para a retórica, etc.), não se pode negar que cada disciplina estuda seus corpus preferenciais. É, assim, compreensível que os analistas do discurso tenham a priori menos interesse pela conversação cotidiana do que pelos textos de jornal, e que os especialistas em conversação se interessem menos pela publicidade do que os especialistas em retórica.

Mesmo se o ponto de vista sobre a análise do discurso aqui esboçado fosse de pronto aceito, está claro que essa disciplina não se apresenta como um todo homogêneo. Vários fatores interligados contribuem para essa diversificação:

- A heterogeneidade das tradições científicas e intelectuais: na Inglaterra, por exemplo, o empirismo domina a concepção de atividade científica; a noção de “discurso” é fortemente ligada à comunicação oral e aos estudos antropolingüísticos. Na França, a análise do discurso é profundamente influenciada pela “Escola Francesa” dos anos 60 e pelos trabalhos de Michel Foucault.
- Diversidade de referências disciplinares: como a análise do discurso está sempre em contato com todas as ciências sociais, ela varia de acordo com a natureza das disciplinas que sobre ela exercem influência. O papel da sociologia e da antropologia é muito maior na análise do discurso americana do que na européia, onde a lingüística tem mais influência<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Poderíamos também chamá-las de “estudos do discurso”, mas pode-se argumentar que tal expressão não menciona a relação privilegiada dos estudos do discurso para com a lingüística.

<sup>2</sup> Há, é claro, exceções importantes, como os trabalhos de T. Givon ou S. Thompson, mas, na minha opinião, eles pertencem mais à lingüística do texto do que à análise do discurso.

- *Diversidade de escolas e tendências.* Geralmente, elas estão associadas a um líder carismático, que dá ao grupo conceitos chave e paradigmas metodológicos de pesquisa.
- *Diversidade de corpus.* Pode-se distinguir dois casos:
  - Alguns analistas podem estar particularmente interessados em certos tipos de discurso, os quais são bem adequados a sua concepção de análise do discurso; e
  - Alguns grupos podem decidir trabalhar sobre certos tipos de textos (políticos científicos, administrativos); uma grande variedade de opções teóricas pode ser tolerada, uma vez que seus membros estão unidos apenas pelo corpus que estudam.
- *Aspectos da atividade discursiva considerada.* Alguns analistas estudam em especial a produção discursiva, outros a circulação discursiva, outros os modos de recepção, etc.
- *Aplicação prática ou não da análise.* Por natureza, a análise do discurso está em estreito contato com demandas sociais em muitos setores (terapêuticos, educacionais, políticos, econômicos). Atualmente é impossível traçar um limite claro entre pesquisa aplicada e pesquisar teórica, mas não há dúvida de que a opção por uma perspectiva aplicada tem profundas conseqüências sobre a maneira de se trabalhar.
- *A identidade acadêmica dos analistas.* Por “identidade acadêmica”, entendo o campo ao qual o analista reivindica pertencer. Se você é um historiador, sociólogo, psicanalista, etc., você estará mais tentado a considerar a análise do discurso como um mero instrumento de interpretação. Não estou dizendo que o discurso possa realmente ser estudado em si mesmo: sempre procuramos olhar o discurso pelo prisma de nossas preocupações filosóficas, sociológicas ou políticas. Mas ter uma preocupação filosófica não é o mesmo que se estudar um discurso enquanto filósofo.

Embora a análise do discurso, por sua própria natureza, se encontre num cruzamento de ciências sociais, e embora os analistas do discurso se interessem pelo discurso por razões filosóficas ou sociológicas, penso que a análise do discurso deve manter sua relação privilegiada com a lingüística. Se isto não for feito, dificilmente se poderá distingui-la da tradicional “análise do conteúdo” (Berelson, 1952) da sociologia empirista. Isso é um ponto importante. Quando estudamos discursos de motivação militante, somos muitas vezes levados a negligenciar o fenômeno lingüístico, a fim de obtermos um acesso rápido às representações, tendemos a “atravessar” a linguagem para chegar às interpretações que seriam independentes da feição lingüística utilizada em um determinado gênero. Podemos também ser levados a estudar alguns detalhes independentemente do texto como um todo e do dispositivo de comunicação. Por esta razão, é importante manter a análise do discurso como um campo das ciências da linguagem. Lembremo-nos que os textos podem ser estudados fora das ciências da

linguagem: muitos especialistas em literatura, política, filosofia ou publicidade analisam textos a seu modo, que é certamente bastante impressionista, mas, para eles, bem adequado a seus objetivos. A análise do discurso exige mais: seus métodos dependem de um conhecimento científico sobre a linguagem.

Disciplina recente, a análise do discurso está exposta a vários riscos. Em particular:

- Especular sobre subjetividade, ideologia, linguagem, etc., sem estar ligada a fenômenos empíricos.
- Descrever um corpus sem nenhum ponto de vista organizado. Teoricamente, o território da análise do discurso é ilimitado: qualquer enunciado lingüístico pode ser levado em conta, recortado em elementos, ou comentado: mas para que? Para a sintaxe ou a morfologia, o trabalho descritivo é muito útil, e mesmo indispensável, como uma base para a construção de modelos lingüísticos, mas na análise do discurso as descrições podem facilmente se revelar inúteis, embora aparentem ser absolutamente exatas e sérias. Uma maneira de se proteger desse risco é encarar um problema metodológico, mostrar o mais rigorosamente possível, a relação entre a especificidade dos corpus e os fins da investigação.
- Hermenêutica descontrolada, segundo a qual qualquer fenômeno discursivo poderia ser analisado de acordo com uma interpretação preestabelecida. Esta censura é freqüentemente dirigida à psicanálise, mas é válida também para qualquer prática hermenêutica.

A análise do discurso está condenada a se posicionar nos conflitos sociais e ideológicos, a intervir em debates políticos, direta ou indiretamente. Nem todo analista se interessa por problemas sociais, mas esta é uma dimensão incontornável da análise do discurso. A “Escola Francesa” dos anos 60 pretendeu (com pressupostos marxistas) elaborar uma teoria da ideologia. Duas décadas depois, a “análise crítica do discurso”, uma análise sócio-política do discurso, pretende estudar as várias formas de poder nas relações entre os sexos, raças, classes sociais (Van Dijk, 1990, 1993). Tal projeto se baseia em uma concepção de ideologia enquanto um conjunto de sistemas socio-cognitivos de representação que controlaria atitudes e preconceitos. Esta corrente se desenvolve em um quadro teórico totalmente diferente daquele da Escola Francesa, mas ambas manifestam a mesma atitude ilustrativa do papel que a análise do discurso é chamada a desempenhar nos conflitos sociais e políticos.

Esta atitude crítica é uma dimensão da análise do discurso, mas, é claro, depende de quem a promove, não podendo ser estendida à totalidade da análise do discurso, que pode igualmente estudar lugares e modos de enunciação independentemente de projetos de militância. Mas mesmo quando não está abertamente interessada em ideologia crítica, a análise do discurso é, radicalmente, uma atividade crítica: ela atinge algumas ilusões fundamentais dos falantes – a ilusão de estar dizendo o que eles têm intenção de dizer, a ilusão de que o lugar de onde eles falam não é constitutiva da significação.

## Tendências francesas

Eu gostaria agora de introduzir a questão dos “discursos constituintes”. Este gênero de análise está de acordo com a perspectiva da análise do discurso que eu propus aqui chamar de “tendências francesas” (Maingueneau, 1991: 24), embora a palavra “francesa” não seja inteiramente apropriada: muitos analistas do discurso não franceses adotam as premissas básicas desta perspectiva, e muitos analistas do discurso na França trabalham com premissas inteiramente outras. Mas não encontramos um outro nome mais adequado. Essas “tendência francesas” têm suas raízes na filologia do século XIX, em diversas práticas (particularmente na análise estilística de textos literários) e em tradições filosóficas “continentais”. Ao falar em “tendências francesas”, remeto apenas a um certo estilo de análise do discurso, geralmente caracterizada pela referência a teorias da “enunciação”, pela preferência pelos discursos “institucionalizados” apreendidos em uma perspectiva macrosociológica, pelo interesse pela subjetividade e heterogeneidade discursivas (polifonia, dialogismo), pela ênfase dada à materialidade lingüística, pela tese do primado do interdiscurso. Não queremos dizer que isso implica necessariamente que todos os estudiosos participantes desse tipo de análise adotem a totalidade dessas premissas exatamente como estão colocadas.

Assinalemos alguns pontos:

- *O estudo do discursos “regulados”* contrasta com (o que não quer dizer que “se opõe a”) a análise da conversação. Discursos “regulados” são os discursos orais ou escritos submetidos a um forte controle do ponto de vista social e textual e que podem ser arquivados e comentados. Tais discursos não são nem mais nem menos interessantes do que aqueles da interação oral cotidiana: o discurso está sempre circulando de um pólo a outro, dos enunciados “efêmeros” aos enunciados “autorizados”.

À grosso modo, três modalidades de gêneros de discurso em circulação na sociedade podem ser discriminadas:

- *Gêneros autorais*: quando inscrevem seus trabalhos (de filosofia, de literatura, etc.) em gêneros como “tragédia”, “meditação” ou “elegia”, os autores os inserem em uma “classe genealógica” (Scheaffer, 1989), isto é, em uma classe de textos associados a um texto ou conjunto de textos prototípicos; como, por exemplo, as tragédias gregas à tragédia, a obra de Platão aos diálogos filosóficos, os *Ensaio*s de Montaigne ao ensaio, etc.
- *Gêneros de rotina*: são os mais comuns. Eles não têm autor algum; estão estabilizados na vida social porque correspondem à atividade verbal estruturada por um objetivo: comprar algo, ministrar uma aula, fazer campanha para um candidato... para tais gêneros estão definidos papéis específicos, contratos de fala, macroestruturas textuais, etc.
- *Gêneros conversacionais* são muito menos institucionalizados. As relações interpessoais se sobre-

põem aos papéis, sua finalidade nem sempre é clara e estável, sua organização textual é, por vezes, mal definida.

O que estou chamando de discurso “condicionado” relaciona-se particularmente com gêneros autorais e de rotina.

- *Enfatizar a “materialidade” lingüística* significa voltar a atenção para as formas lingüísticas. Levantar em consideração diretamente os efeitos sociais e psicológicos do elemento lingüístico, ou da estrutura lingüística, não é o bastante. A linguagem não é um mero instrumento para os falantes: eles devem negociar com o que a materialidade lingüística lhes impõe. O discurso tenta resolver conflitos, mas através de uma linguagem que limita movimentos e desencadeia efeitos incontrolláveis.
- *As teorias lingüísticas da enunciação* desenvolvidas por lingüistas como C. Bally (1939), E. Benveniste (1966; 1974), R. Jakobson (1963) e A. Culioli (1990), desempenham um importante papel em uma boa parte dos estudos do discurso. Elas lidam com fenômenos tais como a determinação nominal, a dêixis, o tempo, a polifonia, a tematização. As teorias da enunciação podem ser consideradas como uma das componentes da perspectiva pragmática, mas elas são acima de tudo análises da estrutura lingüística, não teorias da comunicação. Além disso, elas estão muito ligadas à questão da intersubjetividade: o sujeito da enunciação, articulador do texto e da cena comunicativa, não pode ser reduzido a um sujeito social ou a formas lingüísticas (“eu”, “nós”), as quais são apenas alguns de seus vestígios. As teorias da enunciação são portanto preciosas à análise do discurso, que se preocupa bastante em evitar a oposição entre as dimensões sociais e lingüísticas da subjetividade.
- *O primado do interdiscurso* é difícil de definir, por poder ser interpretado de várias maneiras. Trata-se de um princípio central da análise do discurso. Isto não quer dizer que os analistas precisam comparar textos uns com os outros, ao invés de estudá-los isoladamente; quer dizer mais: que a identidade de um discurso se constitui e se alimenta através de outros discursos; falar é sempre falar com, contra ou por meio de outros discursos, outras vozes. Portanto, a relação de um texto consigo mesmo e sua relação com outros, ou seja, do “intradiscurso” com o “interdiscurso”, não podem ser dissociadas. Muitos fenômenos textuais podem ser interpretados à luz do primado do interdiscurso: a pressuposição, a negação, as citações, o modo e o tempo, a ironia, a paródia, etc.

## Os discursos constituintes

A análise dos “discursos constituintes” define para mim muito mais um espaço em processo de estabilização do que um território de pesquisa com fronteiras estabelecidas. Ela abre, porém, um leque de instigantes questões sobre esse tipo de discursos bastante especiais. Esta noção de “discurso constituinte”

se me impôs progressivamente como consequência de pesquisas que realizei sobre diversos corpus, em particular, sobre os discursos religioso, científico, filosófico e literário. Quando se trabalha sobre discursos à primeira vista tão diferentes e quando se percebe que muitas categorias são facilmente transferíveis de um para o outro, chega-se muito naturalmente à hipótese de que existe um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade, a dos discursos que eu proponho chamar **constituintes**, que partilham um certo número de propriedades quanto as suas condições de emergência, de funcionamento e de circulação. Naturalmente, o discurso religioso e a literatura, por exemplo, são estudados seriamente há séculos por centenas e milhares de pessoas, mas analisá-los conjuntamente, enquanto uma nova unidade discursiva abre um interessante programa de pesquisa.

Para tornar as coisas um pouco mais claras, pode-se partir de uma observação banal: quando há um debate sobre um problema social, solicita-se a opinião de sujeitos que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia... Tem-se, com efeito, a impressão de que os discursos dos quais eles são porta-vozes são, de alguma forma, discursos últimos, para além dos quais não há senão o indizível, de que eles se confrontam com o Absoluto. Como esses discursos são aqueles que dão sentido aos atos da coletividade, e que são a garantia de múltiplos outros, o jornalista às voltas com um “debate sobre um problema social” recorrerá muito naturalmente à autoridade desses sujeitos. Mas o inverso não acontece. Há então uma assimetria fundamental, que torna tangível a existência de práticas exegeticas: o verdadeiro exegeta lê o texto que, na verdade, lhe ensina como se deve ler... Os discursos constituintes possuem, com efeito, um estatuto singular: zonas de fala em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre todas as outras. Discursos-limite, situados sobre um limite e lidando com o limite, eles devem gerar textualmente os paradoxos que implicam seu estatuto. Junto com eles vêm à tona, em toda sua acuidade, as questões relativas ao carisma, à Encarnação, à delegação do Absoluto: para não se autorizarem apenas por si mesmos, devem aparecer como ligados a uma fonte legitimante.

Falar assim de “discurso constituinte” é definir uma categoria de estatuto tipológico um tanto incerto. Levando-se em conta a tipologia das tipologias dos discursos de André Petitjean<sup>3</sup>, os analistas do discurso manipulam habitualmente tipologias baseadas em critérios de três ordens:

- As tipologias *lingüísticas*, na verdade *enunciativas*, são independentes dos conteúdos e das finalidades do discurso. Elas se apoiam em geral sobre a problemática aberta por E. Benveniste<sup>4</sup>, quando ele opunha enunciados ancorados na situação de enunciação (“discurso”)

e enunciados recortados de sua situação de enunciação (“história” ou “narrativa”).

- As tipologias *funcionais* dividem os discursos segundo sua finalidade. Essas classificações oscilam entre a atualização de funções muito abstratas, do âmbito comunicacional, como é o caso do célebre modelo de R. Jakobson, e das funções de ordem claramente sociológica (função lúdica, de conhecimento, de preservação dos laços sociais, etc.).
- As tipologias *situacionais* são realizadas a partir de *gêneros de discurso* definidos através de critérios sócio-históricos: o telejornal, o romance policial, o editorial, o sermão... Esses gêneros de discurso são eles próprios incluídos nesses *tipos de discursos*, correspondendo a setores da atividade social (discurso político, midiático, literário...). Pode-se também se interessar por *instituições* singulares (o hospital, o tribunal...) ou por *posicionamentos ideológicos* (discurso patronal, comunista...).

Onde se situaria nesse quadro a noção de “discurso constituinte”? Penso que ela não se deixa incluir em nenhum desses três grupos de tipologias, mas que ela as atravessa. Ela faz uso de propriedades ao mesmo tempo enunciativas, funcionais e situacionais. Com efeito, agrupamentos de discursos do tipo “religiosos”, “científicos”, “literários”, “filosóficos”, para citar os mais evidentes, implicam uma certa função (fundar e não ser fundado por um outro discurso), um certo recorte de situações de comunicação de uma sociedade (há lugares, gêneros ligados a tais discursos constituintes) e um certo número de invariantes enunciativos. Pode-se então falar aqui de uma categoria propriamente *discursiva* que não se deixa reduzir nem a uma grade estritamente lingüística, nem a uma grade de ordem sociológica ou psicossociológica. Tais discursos partilham numerosas propriedades ligadas a sua maneira específica de se inscrever no interdiscurso, de fazer emergir seus enunciados e de fazê-los circular. Para além das diferenças manifestas de conteúdo entre eles, são tais invariantes que se trata de destacar.

## O archéion

Dissemos que a pretensão vinculada ao estatuto de discurso constituinte é de fundar e de não ser fundado. Ele é ao mesmo tempo *auto e heteroconstituente*, duas faces que se supõem reciprocamente: só um discurso que *se constitui* tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel *constituente* para outros discursos. Isto não significa que os múltiplos outros tipos de enunciações (as conversações, a imprensa, os documentos administrativos, etc.) não atuam sobre eles; muito ao contrário, existe uma interação

<sup>3</sup> “Les typologies textuelles”, in *Pratiques* n°62, p.86-125, Metz, 1989.

<sup>4</sup> “L’homme dans la langue”, in *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966.

constante entre discursos constituintes e não-constituintes, como também entre discursos constituintes. Mas faz parte da natureza destes discurso negar essa interação ou de pretender submetê-la a seus princípios.

Os discursos constituintes mobilizam o que se poderia chamar de *archéion* da produção verbal de uma sociedade. Esse termo grego, étimo do latino *archivum*, apresenta uma polissemia interessante para nossa perspectiva : ligado a *archè*, “fonte”, “princípio”, e a partir daí “mandamento”, “poder”, o *archéion* é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. O *archéion* associa assim intimamente o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um *lugar* associado a um *corpo de enunciadores consagrados*, e à elaboração de uma *memória*.

Mesmo tratando-se dos discursos constituintes de nossa sociedade, em sua essência herdeiros do mundo grego, parece-me perigoso propor uma lista. Não somente porque é difícil repertoriar os discursos que obedecem a esse critério, mais ainda porque uma mera lista não permite definir exatamente as relações entre os diversos discursos constituintes. O estatuto do discurso jurídico, por exemplo, está longe de estar claro; da mesma forma, o do discurso político ou o da psicanálise, ao menos quando ela não está reduzida à uma simples técnica psicoterapêutica. Parece-me que a psicanálise seria um bom candidato ao estatuto de discurso constituinte, ela que pretende cumular uma parte dos poderes do discurso científico, religioso, filosófico, e até mesmo do discurso literário. Inversamente, o discurso político não me parece pertencer a esta categoria: ele se apoia sobre os discursos constituintes (invocando a ciência, a religião, a filosofia, etc.), mas para fazê-los entrar em relação com os lugares comuns de uma sociedade. Eis aí um terreno de investigação aberto.

Um dos pontos mais notáveis é que os discursos constituintes são múltiplos, em concorrência, embora cada um deles possa ter, em um momento ou em outro, a pretensão de ser o único detentor do *archéion*. Essa pluralidade é ao mesmo tempo irredutível e constitutiva de tais discursos, tecidos à partir de seus próprios retalhos. Deve-se, nesse ponto, recusar o ponto de vista espontaneísta e propor que o interdiscurso prima o discurso : cada discurso constituinte é inseparável da gestão dessa pluralidade, dessa impossível coexistência, aparecendo assim ao mesmo tempo interior e exterior aos outros, os quais ele atravessa e pelos quais é atravessado. Por muito tempo o discurso filosófico geriu essa pluralidade conferindo a si o direito de assinalar o lugar de cada discurso, pretensão constantemente contestada pelos que ele pretendia subordinar. O discurso científico é incapaz de se afirmar sem invocar à cada instante a ameaça que representam para ele os outros discursos, os quais, por sua vez, não cessam de renegociar seu estatuto em relação a ele. Etc.

## As três dimensões da “constituição”

Ainda não justifiquei a escolha do adjetivo “constituinte” para caracterizar nosso agrupamento de discursos. Ele tem a vantagem de poder explorar três valores semânticos associados ao verbo *constituir* e ao seu derivado nominal *constituição*:

- A *constituição* como ação de estabelecer legalmente permite caracterizar o discurso como instaurando as modalidades de sua própria emergência no interdiscurso. Esta idéia se inscreve no prolongamento de certas correntes pragmáticas que vinculam estreitamente a enunciação e sua legitimação.

- A *constituição* como modo de organização, agenciamento de *constituintes*, permite pôr em evidência a coesão/coerência das totalidades textuais.

- A *constituição* como conjunto de disposições legais que determinam os direitos e deveres de cada um em uma coletividade permite assinalar que o discurso constituinte está precisamente destinado a servir de norma e de garantia aos comportamentos de uma coletividade, a delimitar o **lugar comum** das palavras que aí podem circular.

Uma análise da *constituição* dos discursos constituintes deve assim se ater a mostrar a *articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, a intricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa*. Sua enunciação é inseparável da maneira pela qual ela gere sua própria emergência, o ato de fala que ela institui. Através das operações enunciativas pelas quais *se institui* o discurso, se articulam a organização textual e a organização *institucional* que a um só tempo ele pressupõe e estrutura.

## Posicionamento e comunidade discursiva

O conflito não acontece apenas *entre* os diversos discursos constituintes, ele é travado *no interior* dos próprios discursos constituintes, que se apresentam como um campo, como um espaço de conflito permanente entre diversos **posicionamentos**. Pelo menos no caso das sociedades modernas, cujos quadros de referências ideológicas são objetos de um debate incessante.

Essa noção de “posicionamento” (doutrina, escola, teoria, partido, tendência...) é demasiado pobre; ela implica apenas que os enunciados são relacionados a diversas identidades produtoras de discursos que se definem umas às outras. Eis um tema recorrente na análise do discurso, ao menos na França: a unidade de análise pertinente não é o discurso em si mesmo, mas o sistema de referência aos outros discursos através do qual ele se constitui e se mantém; referir-se aos outros e referir-se a si mesmo não são atos distinguíveis senão de modo ilusório; o interdiscurso não se encontra no exterior de uma identidade fechada sobre suas próprias operações<sup>5</sup>. Certamente o posicionamento pretende nascer de um retorno às

<sup>5</sup> É o que tentamos desenvolver em nosso *Genèses du discours*, Liège, Mardaga, 1984.

coisas, de uma justa apreensão do Belo, da Verdade, etc. que os outros posicionamentos teriam desfigurado, esquecido, subvertido..., mas esse desejo de um termo absoluto para além do discurso é na realidade atravessado por esses outros discursos.

As diversas escolas filosóficas do mundo helênico não são as correntes ou escolas de ciências humanas ou os laboratórios da física contemporânea, mas em todos esses casos o posicionamento supõe a existência de grupos mais ou menos institucionalizados, de **comunidades discursivas**, que não existem senão pela e na enunciação dos textos que elas produzem e fazem circular. O posicionamento não é, portanto, apenas uma doutrina, a articulação de idéias; é a intricação de uma certa configuração textual e de um modo de existência de um conjunto de homens. Trata-se de um dos ensinamentos que me proporcionaram as pesquisas por mim realizadas sobre o discurso devoto do século XVII<sup>6</sup>, onde observei que o mesmo modelo semântico vale tanto para os textos quanto para a organização dos grupos que os elaboram.

Falar assim de “comunidade discursiva” é afirmar que, por um movimento de envolvimento recíproco, a comunidade é cimentada por discursos que são, no entanto, o produto desta própria comunidade discursiva. Esta problemática da “comunidade discursiva” converge com outros trabalhos realizados em análise do discurso, em particular sobre o discurso científico. Mas ela não está ainda suficientemente elaborada; a verdade é que ela é muito sensível à diversidade dos discursos constituintes concernidos, mas também aos posicionamentos no interior de cada campo. No discurso religioso, por exemplo, os conflitos entre posicionamentos correspondem evidentemente a modos de vida distintos; o que não é necessariamente o caso dos posicionamentos científicos, que podem explorar diferenças menos visíveis.

Para além da questão da comunidade discursiva, isto nos remete a uma outra problemática, a da *mediação*: os discursos constituintes têm um alcance *global*, eles pretendem o conjunto da sociedade, mas eles são elaborados *localmente*, em lugares institucionais restritos que imprimem sua marca sobre sua produção, que a moldam através de uma maneira de viver. Nessa perspectiva, todo estudo dos discursos constituintes que não leve em conta a maneira pela qual funcionam os grupos que os produzem e gerem só pode ser insuficiente, pelo pouco que se interrogam sobre seu modo de emergência, de circulação e consumo. No campo filosófico, por exemplo, a escola de Epicuro, centrada sobre a figura de um mestre venerado e estribada sobre um corpus dogmático, se opõe aos cétricos pirronistas, para quem a idéia mesma de uma escola era contraditória com o espírito do ceticismo. Tanto num caso como no outro, doutrina e funcionamento institucional são indissociáveis. Do mesmo modo, não se pode conceber o romantismo sem a “boê-

mia”, nem os escritores das Luzes do século XVIII fazendo-se abstração da rede internacional da “República das Letras”.

### Inscrição e médium

O caráter *constituente* de um discurso confere uma autoridade particular a seus enunciados. Mais do que de “enunciado”, de “texto”, ou de “obra”, pode-se falar aqui de *inscrições*. O conceito de inscrição desestabiliza toda distinção empírica entre oral e gráfico: *inscrever* não é necessariamente escrever. As literaturas orais são “inscritas”, assim como inúmeros enunciados míticos orais, mas esta inscrição passa por vias distintas daquelas pelas quais passa o código gráfico. A inscrição é radicalmente exemplar; ela segue exemplos e dá exemplo. Produzir uma inscrição é não tanto falar em próprio nome, mas seguir os traços de um Outro invisível, que associa os enunciadores modelos de seu posicionamento e, no limite, a presença daquela Fonte que funda o discurso constituinte: a Tradição, a Verdade, a Beleza...

A inscrição se implanta pela defasagem de uma repetição constitutiva, a de um enunciado que se instala em uma rede saturada de outros enunciados (por filiação ou por rejeição) e se abre à possibilidade de uma reatualização. Uma das características dos enunciados pertencentes aos discursos constituintes é estarem ao mesmo tempo mais ou menos fechados em sua organização interna e reinscritíveis em outros discursos. Por sua maneira de se situar no interdiscurso, uma inscrição se dá, ao mesmo tempo como *citável* (é conhecido, por exemplo, o quanto os filósofos fazem uso de fórmulas generalizantes e de aforismos). Mais amplamente, um estilo em literatura, um esquema de demonstração científica, embora consubstanciais a uma obra, podem ser reatualizados e reinscritos em contextos diferentes.

A noção de “inscrição” supõe uma referência à dimensão *midiológica* dos enunciados, para retomar um termo de R. Debray<sup>7</sup>, ou seja, às modalidades de suporte e de transporte dos enunciados. Não é possível se contentar em falar da “difusão” de um “conteúdo” que seria independente do dispositivo de transmissão: as condições midiológicas de um discurso são parte integrante de sua identidade, tanto quanto os seus “conteúdos”. É fato bem conhecido que o exercício da filosofia ou da ciência não teria podido se desenvolver em uma sociedade sem escrita, ou que entre o caráter oral da epopéia, seus modos de organização textual, seus conteúdos, existe uma relação essencial. O “suporte” não é verdadeiramente exterior ao que ele supõe “veicular”. Sobre esse ponto, como sobre outros, trata-se de superar as imemoriais oposições da análise textual: ação e representação, fundo e forma, texto e contexto, produção e recepção... Ao invés de opor conteúdos e modos de transmissão, um interior

<sup>6</sup> Ver nosso *Sémantique de la polémique*, Lausanne, L'Age d'Homme, 1983.

<sup>7</sup> *Cours de médiologie générale*, Paris, Gallimard, 1991.



do texto e um entorno de práticas não-verbais, é preciso conceber um dispositivo em que a atividade enunciativa articula uma maneira de dizer e um modo de veiculação dos enunciados que implica um modo de relação entre os homens. Isto é válido para todo discurso, mas adquire uma feição específica em se tratando de discursos constituintes: basta ver como as modificações na circulação dos textos científicos modificam o exercício mesmo da ciência. O sentido não está fechado no texto como dentro de uma caixa, ele implica o conjunto do dispositivo de comunicação que o torna possível.

## A hierarquia dos gêneros

A inscrição que procede de um discurso constituinte se insere inevitavelmente no interior de uma hierarquia de gêneros de discurso. Esta é, aliás, uma propriedade essencial dessa categoria de discurso: há enunciados mais “prestigiados” que outros, por estarem mais próximos da Fonte legitimante. Uma hierarquia se instaura entre os textos que se supõem auto-constituintes e aqueles que se debruçam sobre eles para comentá-los, resumi-los, interpretá-los... Certos textos adquirem um estatuto de inscrições últimas, eles se tornam o que se poderia chamar de **arquitextos**. Assim *A ética* de Spinoza ou *A República* de Platão para a filosofia, a Declaração dos Direitos do Homem para o discurso jurídico, os escritos dos Pais da Igreja para o discurso cristão... Mas, evidentemente, o estabelecimento de um cânon de arquitextos legítimos é objeto de um incessante debate entre os posicionamentos, cada um procurando impor seus próprios arquitextos e a interpretação que julga ortodoxa.

A análise dos discursos constituintes não deve se restringir ao estudo de alguns textos (as obras dos grandes sábios, os grandes textos religiosos, etc.) ou de alguns tipos de textos privilegiados (as produções teológicas para teólogos, os artigos científicos para cientistas e pesquisadores, etc.). Para apreender o funcionamento dos discursos constituintes, é preciso tomar como unidade de análise *o conjunto dessa hierarquia*, partir do princípio de que o discurso constituinte recobre um espaço de produção **profundamente heterogêneo**. A grande filosofia, a alta teologia, a ciência nobre... são sempre desdobrados em outros gêneros, menos nobres, que são imprescindíveis ao archéion: manuais escolares, sermões dominicais, revistas de vulgarização científica... Esta diversidade de regimes de produção discursiva não é contingente. Não se trata de um acidente exterior à essência da filosofia que ela seja objeto de manuais de ensino: ela não pode escapar à didaticidade. Do mesmo modo, o fato de que as obras literárias sejam objeto de críticas em jornais ou suscitem debates em programas de TV participa do fato literário.

De modo mais geral, admite-se, mesmo se isto afronta um ponto de vista bastante comum, que de um mesmo movimento se instauram o texto a interpretar e seu comentário: o **quadro hermenêutico** confere aos enunciados sua interpretabilidade, não se tratam

do de um enunciado auto-suficiente junto a qual se apõe, de modo contingente, um comentário. A partir do momento em que este quadro entra em cena, todo texto que nele figura visa prescrever um certo estatuto pragmático, um modo de circulação no interdiscurso. Por força desse estatuto, a riqueza de seu sentido pretende exceder a capacidade dos intérpretes, há nele uma *reserva* essencial, um déficit irreduzível de toda interpretação concernente à “hermenéia”, da mensagem que, através dele, a Fonte entrega ao comum dos mortais. É indispensável que o texto seja considerado primeiro para que se possa e se deva submetê-lo à interpretação, mas é igualmente indispensável que o texto seja submetido à interpretação para que se possa considerá-lo primeiro... Ele não se reconheceria cometendo um erro, só há intérpretes deficientes. Ele se beneficia assim de um estatuto que, em pragmática, se diria “hiperprotegido”: ele pode jogar livremente com as leis do discurso, sem que isso atinja seu prestígio, haverá sempre um esforço para restituir e preservar seu significante em sua “autenticidade”. Ele é monumento, o que permanece sempre acima da contingência dos intérpretes que à ele se agarram. Ele é menos opaco do que *enigmático*, tecido em seu enigma. Um texto que não é mais objeto de interpretação deixa de ser enigmático; é o acúmulo de interpretações que o torna cada vez mais interpretável e o põe cada vez mais fora de acesso.

Mas neste ponto é preciso ser sensível à diversidade de discursos. Por exemplo, para o discurso jurídico, a Lei prescreve quem é competente para interpretá-la, enquanto que para comentar as obras literárias existe um conflito permanente entre duas instâncias de legitimação: os acadêmicos, legitimados pela Escola, e os amadores, que reivindicam possuir uma relação privilegiada, pessoal com os textos.

Mais precisamente, no interior de uma hierarquia de um discurso constituinte, deve-se distinguir:

- Entre discursos **primeiros** (ou discursos **fonte**) e discursos **segundos**, distinção que está na base das problemáticas acerca da vulgarização: de um lado os discursos que supõem produzir os conteúdos em sua “pureza”, do outro, os discursos que se limitariam a resumir, explicitar, etc., uma doutrina já constituída de cima. Desse ponto de vista, um artigo em uma revista científica seria “primeira”, mas não um manual universitário ou um artigo em uma revista destinada ao grande público.
- Entre discursos **fechados** e discursos **abertos**: de uma parte, discursos dos quais os leitores são escritores potenciais ou efetivos de enunciados do mesmo gênero (é o caso do discurso científico), de outra parte, discursos onde os leitores, em número muito mais restrito que os escritores, não estão em posição de escrever enunciados do mesmo gênero (é o caso de um jornal diário, por exemplo). Essa noção de “abertura” é de manejo delicado para os discursos constituintes; em filosofia, por

exemplo, ela pode dizer respeito tanto à pretensão original dos textos a serem abertos ou fechados quanto à realidade de seu modo de consumo. Um texto tem a pretensão de ser aberto ou fechado quando essa característica decorre da maneira pela qual ele constrói sua própria cena de enunciação. Por esse ponto de vista, as *Meditações* de Descartes, escritas em latim, seriam “fechadas”, e seu *Discurso do método* seria “aberto”. Mas essa pretensão pode não corresponder ao uso efetivo que dele será feito; muitas obras filosóficas são lidas, com efeito, em vários níveis: existe uma leitura “grande público” de Platão ou de Nietzsche.

- Entre textos **fundadores** e textos **não-fundadores**. Distinção ambígua que designa tanto os textos de pretensão fundadora, quer dizer, os que se apresentam como tais, como aqueles que a posteridade julgou fundadores retrospectivamente em relação à história do pensamento. Assim, o *Discurso do método* é fundador tanto de um ponto de vista quanto de outro, ainda que não seja uma obra “fechada”. O mesmo vale para a *Interpretação dos sonhos* de Freud, que se apresenta como fundador e foi reconhecido como tal. Os enunciados reconhecidos como fundadores são por definição uma pequena minoria; eles pretendem definir uma nova maneira de fazer a filosofia, a física, o Direito, etc.

### Alguns conceitos<sup>8</sup>

O discurso constituinte não é um simples vetor de idéias, ele articula, através do dispositivo enunciativo, textualidade e espaço institucional. Ele investe na instituição que o torna possível legitimando (ou deslegitimando) o universo social onde ele se inscreve. Há *constituição* precisamente na medida em que o dispositivo enunciativo funda, de maneira, por assim dizer, performativa, sua própria possibilidade, fazendo o possível para parecer que ele extrai essa legitimidade de uma Fonte da qual ele seria a encarnação (o Verbo revelado, a Natureza, a Razão, a Lei...). Esse processo se desenrola em três registros:

- O discurso mostra sua **cenografia**, a apresentação que ele constrói de sua própria situação de enunciação;

- A mobilização de um **código de linguagem** lhe permite validar sua autoridade jogando com a diversidade irreduzível das línguas e das zonas e registros de línguas;

- Através de sua voz ele confere a sua instância enunciadora um corpo, fixando assim o **ethos** associado a sua cenografia e a seu código de linguagem.

### A cenografia

A situação de enunciação não é um simples quadro empírico, ela é construída como **cenografia** através da enunciação. Aqui *-grafia* é um processo legitimante que traça um círculo paradoxal: o discurso implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação através dos quais se configura um mundo que, em contrapartida, os valida através de seu próprio desdobramento: nesse sentido, a cenografia está ao mesmo tempo a montante e a jusante da obra. A “doutrina” aparece assim como inseparável da cenografia que a porta.

O *Discurso do método*, por exemplo, é indissociável de uma cenografia que, longe de ser apenas um procedimento a serviço de um pensamento, modificou o próprio estatuto da filosofia. Nessa cenografia, um sujeito que se apresenta como simples possuidor de razão, homem honesto desprendido de instituições religiosas e escolares, afirma a excelência do “método”, do encadeamento do raciocínio por um leitor o qual ele pressupõe ser detentor de uma única qualidade: é dotado de “bom senso”. O *Discurso* constrói assim sua legitimação ultrapassando as fronteiras normalmente atribuídas ao discurso filosófico. Ele coloca na posição de árbitro autorizado as pessoas honestas: “*aqueles que se servem apenas de sua razão natural em toda sua pureza julgarão melhor minhas opiniões do aqueles que só acreditam nos livros antigos*”<sup>9</sup>. Desse ponto de vista, a abundante correspondência entre Descartes e a Princesa Elisabeth não é anedótica: correspondendo-se com uma mulher do grande mundo, o filósofo atesta de maneira performativa que sua filosofia excede seu círculo tradicional de difusão, que seu destinatário é todo ser dotado de bom senso e aplicado nos estudos.

### Código de linguagem

Os textos primeiros não podem se pôr senão definindo seu “código de linguagem”. Eles não se desenvolvem na compacidade de uma língua, mas através de uma **interlíngua**, o espaço de confrontação de variedades linguageiras: variedades “internas” (usos sociais variados, níveis de língua, dialetos...) ou variedades “externas” (idiomas “estrangeiros”)<sup>10</sup>. Tal distinção é, aliás, relativa na medida em que a distância entre uma língua “estrangeira” e uma língua “não-estrangeira” não é invariante (para um europeu letrado, o latim, durante muito tempo não foi uma língua “estrangeira”). Nessa noção de “código de linguagem” se associam a aceção de sistema semiótico que permite a comunicação e a de código prescritivo: o código de linguagem que mobiliza o discurso é, com efeito, aquele através do qual ele pretende que se

<sup>8</sup> Para uma apresentação mais detalhada ver nosso O contexto da obra literária, São Paulo, Martins Fontes, 1995, capítulo 5,6,7.

<sup>9</sup> *Oeuvres philosophiques*, tome II, Paris, Classiques Garnier, 1988, p.649. Grifo nosso.

<sup>10</sup> Sobre os conceitos de “código de linguagem” e de “interlíngua” ver *O contexto da obra literária*, cap.5.

deve enunciar, o único legítimo junto ao universo de sentido que ele instaura.

É compreensível que os discursos constituintes mantenham assim uma relação essencial com a interlíngua. A partir do momento em que se opera sobre a fronteira do dizível e do indizível, a questão da língua torna-se crucial: a “inscrição”, enquanto tal, deve ser fundada e implica então uma avaliação dos recursos linguageiros disponíveis. Retomando o exemplo do *Discurso do método*, notemos que, àquela época, a língua francesa participa da mesma dinâmica ideológica de que participa Descartes. O trabalho de purificação articulado pelos letrados e pela Academia francesa recém fundada vai de par com o desenvolvimento de um discurso sobre a clareza do francês, sobre sua suposta conformidade para com uma ordem natural do pensamento, que não é “exterior” ao discurso de Descartes. A dinâmica iluminista do método cartesiano investe uma língua que está, na verdade, ela mesma atravessada pela dinâmica de uma caminhada rumo à clareza. Produz-se assim um apoio mútuo entre duas forças. As obras cartesianas escritas “em francês” liberam categorias que permitem precisamente pensar os supostos privilégios desta língua e de legitimar obliquamente a enunciação filosófica portada por ela.

## Ethos

Um posicionamento implica igualmente um investimento imaginário do corpo, a adesão “física” a um certo universo de sentido. As “idéias” se apresentam aí através de uma maneira de *dizer* que é também uma maneira de *ser*, associada a representações e normas de “postura” do corpo em sociedade. O discurso constituinte reúne seus consumidores *mostrando* (no sentido da pragmática) um **ethos**, uma certa maneira de habitar seu corpo. Através desse ethos o enunciador se investe de uma identidade e confere uma a seu ouvinte/leitor. Discursos de atribuição de referenciais últimos, construção de um lugar enunciativo que dá sentido às práticas de uma coletividade, os discursos constituintes, mesmo se eles negam essa dimensão, se revelam inseparáveis de uma esquematização do corpo, à medida do mundo que eles instauram em seus enunciados.

A legitimação do discurso não passa, portanto, somente pela articulação de proposições, ela é manifesta pela evidência de uma “corporalidade” que se dá no movimento mesmo da leitura. A enunciação cartesiana caminha serenamente e inexoravelmente como esse viajante cujo texto não para de falar. Um viajante que não é somente um actante em um programa narrativo, mas também carne vocal e corpo em movimento.

## Conclusão

Este artigo não pôde tratar da totalidade das envolventes questões suscitadas pelos discursos constituintes. Tratou-se apenas de evocar aqui uma pesquisa ainda muito instável, mas complementar a

campos muito mais ativos como a análise dos meios de comunicação e a análise da conversação. Até agora, a análise do discurso tem se interessado sobretudo pela pesquisa aplicada ou pelos corpus ignorados pelas instituições acadêmicas tradicionais. É extremamente importante para a análise do discurso mostrar que se pode abordar, com instrumentos teóricos específicos, textos que há muito tempo têm sido estudados separadamente e de um ponto de vista tradicional.

A propriedade essencial dos discursos constituintes é seu estatuto no interior do interdiscurso: uma vez que os discursos “ordinários” neles se apoiam, eles devem se apoiar diretamente em princípios transcendentais, no que chamei aqui de “archeion”. Tais discursos participam de campos discursivos em constante conflito; eles são profundamente hierarquizados, conforme o grau de proximidade com sua Fonte; são produzidos por pequenas comunidades, embora tratem de problemas básicos da sociedade em geral; são definidos por um modo específico de circulação no interdiscurso (arquivamento, comentário, citação, etc.); o que eles dizem (“idéias”, “doutrinas”) não pode ser separado da cena discursiva através da qual eles foram produzidos e que lhes conferiu autoridade.

Por isso, é apenas pelo seu modo de organizar seu próprio discurso que eles podem mostrar e atestar sua legitimação – sua conformidade com o critério de Verdade. Nas práticas discursivas comuns, temos sobretudo rotinas a serem seguidas, já no âmbito dos discursos constituintes, os falantes não podem ignorar questões básicas como quem está autorizado a falar ou a ser destinatário, onde e quando se pode falar, como os textos devem ser organizados, etc. É claro, tais questões são implícitas em qualquer que seja a enunciação, como já foi demonstrado pela pragmática, mas no caso dos discursos constituintes os indivíduos estão profundamente comprometidos: a resposta a tais questões tem profundas conseqüências para a identidade e o destino seus e dos outros.

Infelizmente a noção de discurso constituinte é de difícil manejo. Atualmente estamos acostumados a trabalhar com textos reunidos pelo fato de apresentarem uma função comum ou partilharem, obviamente, algumas propriedades lingüísticas. Os estudos do discurso para fins específicos lidam com tal realidade, o que é muito importante para a lingüística aplicada. Mas o que os discursos constituintes comungam não é evidente, não aparece na superfície. Para perceber o que uma novela, um artigo científico, ou um sermão têm em comum, é preciso lidar com operações bastante abstratas.

Terminarei com uma questão à qual é impossível se furtar: a da relação entre discursos constituintes e análise do discurso. Esta última está, com efeito, presa em um paradoxo insuperável, uma vez que pertence à esfera dos discursos constituintes, dada sua filiação ao discurso científico, mas pretende também submeter o caráter constituinte de todo discurso. Se pretendesse negar esse paradoxo, a análise do discurso cairia na mesmas ingenuidades da Filosofia, da Teologia e da Ciência, que pensam reinar so-

bre a totalidade do dizível. Como não pode estar em questão para a análise do discurso se autoproclamar a única instância de legitimação, cabe a ela assumir sua condição, aceitar estar incluída no domínio de investigação que ela pretende analisar: ela toma o discurso filosófico, psicanalítico, literário, etc. por objeto, mas cada um desses discursos pode também, a partir de seu ponto de vista particular, questionar essa pretensão.

### Referências Bibliográficas

- BALLY, C. (1932) *Linguistique général et linguistique française*. Paris: E. Leroux.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1974) *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard.
- BERELSON, B. (1952) *Content Analysis in Communication Research*. Glencoe: Free Press.
- BROWN, G. e YULE, G. (1983) *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CULIOLI, A. (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys.
- DEBRAY, R. (1991) *Cours de médiologie générale*. Paris: Gallimard.
- DESCARTES, R. (1988) *Oeuvres philosophiques*, tome II, Paris, Classiques Garnier
- DUCROT, O. e SCHAEFFER, J.-M. (1995) *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Le Seuil.
- EHLICH, K., ed. (1994) *Diskursanalyse in Europa*. Frankfurt: Peter Lang.
- JAKOBSON, R. (1963) *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- LEVINSON, S. (1963) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAINGUENEAU, D. (1984) *Genèses du discours*, Liège: Mardaga.
- MAINGUENEAU, D. (1984) *Sémantique de la polémique*. Lausanne: L'Age d'Homme.
- MAINGUENEAU, D. (1991) *L'Analyse du discours*. Paris: Hachette.
- MAINGUENEAU, D. (1995) *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes.
- NUNAN, D. (1985) *Introducing Discourse Analysis*. London: Peguin.
- PETITJEAN, A. (1989) «Les typologies textuelles», in *Pratiques* 62: 86-125, Metz.
- ROULET, E., ed. (1985) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang.
- SCHAEFFER, J.-M. (1989) *Qu'est-ce qu'un genre littéraire?* Paris: Le Seuil
- SINCLAIR, J. e COUTHARD, M. (1975) *Towards an Analysis of Discourse: The English Used by Teachers and Pupils*. Oxford: Oxford University Press.
- VAN DIJK, T. A. (1990) *Racism and the Press*. London: Routledge.
- VAN DIJK, T. A. (1993) "Principles of Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society* 4(2): 249-83.